
AÇÕES ANTIRRACISTAS EM UMA UNIDADE SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO

DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Flávia Batista dos Santos

É assistente Social no Degase, lotada no Cense Dom Bosco, desde 2018. Possui especialização em Direito Especial da Criança e do Adolescente. Atua, também, como Assistente Social na Política de Assistência Social em Itaguaí.

Este texto é construído a partir da minha experiência em unidade do Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE, em especial o Centro Socioeducativo Dom Bosco, no qual, junto à equipe interdisciplinar, encontramos oportunidade em desenvolver de maneira ampliada, a partir da comemoração da Consciência Negra, no mês de novembro, atividades de conscientização e combate ao racismo, preconceito, discriminação racial e desigualdades sociais.

Tal investida se reconheceu necessária, a partir da compreensão de que a construção histórica do negro no Brasil é marcada por profundas desigualdades que se expressam no cenário atual através da seletividade pelo tom de pele, problemas de saúde e a violência institucional que tem nos corpos negros seus principais alvos.

Não obstante, através de uma simples observação, podemos identificar que nossa sociedade é composta por uma grande parcela de pessoas não brancas, pessoas essas que encontram residências na periferia, favelas e áreas rurais, ou seja, em sua maioria, apresentam condição de pobreza e pouco acesso a políticas públicas.

A reprodução social que naturaliza práticas preconceituosas leva o negro ao lugar de invisibilidade, notado em cárceres e resultado dos conflitos urbanos, o que reafirma o quanto ainda precisamos avançar para superação de práticas racistas.

É nessa perspectiva que o mês de novembro nos convida à reflexão e encoraja ao engajamento em atividades que promovam o conhecimento e reconhecimento da trajetória histórica dos negros no Brasil e sua importância na construção de valores que perduram até a atualidade, evidenciados em músicas, danças, expressões culturais e culinária, na perspectiva de que o conhecimento e, por sua vez, reconhecimento favoreçam o combate ao que oprime o negro.

Tratamos, portanto, de uma experiência profissional na unidade de inter-

nação CENSE Dom Bosco, do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), articulado a diversos outros atores no mês de novembro de 2023.

UM POUCO SOBRE A INSTITUIÇÃO

Localizada na cidade do Rio de Janeiro, a unidade possui capacidade para acolhimento de até 105 adolescentes da faixa etária compreendida de 16 a 18 anos, do sexo masculino, a fim de cumprir a Medida Socioeducativa de Internação.

É importante destacar que o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA baliza quanto ao cumprimento das medidas socioeducativas imputadas aos adolescentes que cometem algum ato infracional, a saber: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional; além das medidas definidas como protetivas. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 121, “A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.”

Vale ainda destacar que, no contexto das medidas de internação, já existentes antes da promulgação do ECA, tais eram utilizadas tão somente para controle e sanção, com resquícios da Doutrina de Situação Irregular dos Códigos de Menores (1927 / 1979), mas ainda nos deparamos, na atualidade, com estruturas físicas que pouco se diferem daquele período e essa realidade se constitui em desafio à garantia da proteção integral ao adolescente.

SOBRE OS ADOLESCENTES

Oriundos das mais variadas regiões do estado do Rio de Janeiro, em sua grande maioria de regiões periféricas, em situação de grande vulnerabilidade social, etnia, econômica, territorial etc. Em suas narrativas, se revela baixo ou nulo acesso a oportunidades de cultura, escolarização, condições dignas de habitação, perspectiva de vida. O que cabe enfatizar: trazem em suas características e/ou tom de pele, registro de pertencimento ao povo negro.

Nessa concepção, avançamos na proposta que favoreceu o “Conhecimento e Reconhecimento”, não apenas pelos adolescentes inseridos na Socioeducação, mas também dos profissionais que atuam diretamente com eles, quanto ao resgate às memórias de um povo negro, atacado e dominado. Reconhecimento da resistência cultural pelos ancestrais, identificação de conquistas em sua trajetória histórica, reconhecimento do valor do povo negro e identificação de estratégias na luta pelo rompimento de barreiras da desigualdade.

COMO SE DEU O PLANEJAMENTO

Tratou-se do resultado da inquietação das profissionais de Serviço Social que atuam na instituição, em conjunto com as estagiárias, ao longo do ano. O questionamento de uma realidade institucional motivou a sair de reflexões realizadas individualmente nos atendimentos, provocando o debate coletivo sobre a temática, a fim de alcançar o reconhecimento da identidade do povo negro, bem como identificar os traços culturais que permeiam a história de colonização do país e, então, avaliar as possibilidades de contribuir para superação das barreiras discriminatórias.

As seguintes etapas foram percorridas:

- Inclusão do debate nas dinâmicas desenvolvidas junto aos adolescentes
- Reflexão sobre as possibilidades de realização do evento de celebração do Novembro Negro (equipe técnica do Dom Bosco);
- Diálogo com o NEAB, a fim de identificar abordagens e estratégias (equipe técnica e estagiárias de Serviço Social);
- Diálogo com a Direção da unidade CENSE Dom Bosco, a fim de avaliar as possibilidades de realização do evento;
- Definição das abordagens (equipe técnica em conjunto com bibliotecário e nutricionista),
- Contato com possíveis convidados; definição da programação; literatura; sabores; ginga e música do povo preto.

Os temas abordados foram:

- Resgate das memórias de um povo negro, atacado e dominado;
- Reconhecimento da resistência cultural pelos ancestrais;
- Identificação de conquistas na trajetória histórica,
- Reconhecimento do valor do povo negro e identificação de estratégias na luta pelo rompimento de barreiras da desigualdade.

As atividades desenvolvidas refletem o envolvimento e participação de vários profissionais, dos quais destacamos:

Encontros com adolescentes realizados na Biblioteca sobre os temas **\consciência Negra, História, Personagem e Lugar de Fala**. Atividade de mediação de leitura com temática relativa à celebração da Consciência Negra, realizada nos dias 9 e 11 de novembro de 2023, sendo o responsável Charles Mello, Bibliotecário.

Oficina **Nosso Sabor Afro** que abordou sobre pratos típicos trazidos pelos escravos, com a apresentação e degustação, inclusive. Responsável Ana Lúcia (Nutricionista), no dia 23 de Novembro de 2023.

Manhã da Capoeira: aula, bate papo e jogo/corpo. Nessa atividade os adolescentes não apenas refletiram sobre esse esporte, mas também puderam praticar, sob a orientação do convidado responsável, professor Willian de Paula (Escola Estadual Padre Carlos Leôncio da Silva), no dia 24 de Novembro de 2023.

Cultura Hip-Hop. Realizaram reflexões e travaram batalha hip-hop. Responsável: Grupo Olhar dos Cria (convidados), no dia 24 de Novembro de 2023.

Roda de Conversa: Trajetórias Negras. Aprofundamento em reflexão sobre a escravização e as marcas na atualidade. Responsável: Valesca Lins (escritora convidada), no dia 30 de Novembro de 2023.

Tais ações foram seguidas de escuta dos adolescentes que expressaram o quanto importante foi para eles o debate e contato com suas raízes, através da cultura, esporte e culinária. Suas atitudes também revelaram a apreensão do conhecimento e empoderamento, ao sinalizarem, no cotidiano, práticas racistas em análise crítica de sua realidade.

Vale mencionar que o impacto foi gerado também na equipe de profissionais, especialmente nos agentes socioeducativos que se reconheceram, mostraram indignação e somaram às dinâmicas realizadas, após um primeiro momento de resistência à participação, diante da polêmica que a discussão sobre escravização gera em nosso meio.

O resultado, por sua vez, afirma a necessidade do debate de forma continuada no enfrentamento às expressões de preconceito e racismo que mudam suas configurações na atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSEMBLÉIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Estatuto da Igualdade Racial. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de

1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24

de novembro de 2003. Diário Oficial, Brasília, DF, 20 jul. 2010.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça, cor, cor da pele e etnia. Cadernos de Campo, São Paulo, n. 20, p. 265-271, 2011.